



CARTILHA DO COOPERADO

O Estatuto e o Regimento explicados na prática

Suas dúvidas mais importantes, respondidas em linguagem simples

COOPEIMASUL

Cooperativa Estadual Indígena de Mato Grosso do Sul

Gestão Lisio Lili



Elaboração institucional
Instituto Cacique Enir Terena (ICET)
VERTTI Consultoria

VERTTI
CONSULTING

Sumário

- Como usar esta cartilha (e o que ela não substitui)
1. O que é a COOPEIMASUL
 2. Quem pode entrar, e como se sai
 3. A terra: o que é seu, o que é de todos
 4. Como decidimos as coisas juntos: a Assembleia Geral
 5. Os cinco órgãos da cooperativa, em números
 6. Sua contribuição: as quotas-partes
 7. O que a cooperativa produz e comercializa
 8. Fidelidade cooperativa: preferência, não obrigação
 9. O que sobra no fim do ano
 10. O parque de máquinas: como usar em conjunto
 11. Segurança no trabalho
 12. Conhecimento tradicional: o protocolo de consentimento
 13. Se algo der errado: regras disciplinares
 14. Seus direitos e seus deveres
 15. Documentos para o seu cadastro
 16. Glossário rápido

Um jeito novo de usar esta cartilha. Em vários pontos você vai encontrar caixas vermelhas com o símbolo ■ DÚVIDA. São as perguntas que mais aparecem entre os cooperados, respondidas direto, sem enrolação. Se sua dúvida não estiver ali, pergunte à Diretoria ou à liderança da sua aldeia.

Como usar esta cartilha

Esta cartilha não substitui o Estatuto Social nem o Regimento Interno da COOPEIMASUL. Ela explica, em palavras do dia a dia, o que esses dois documentos determinam, porque eles decidem coisas importantes da sua vida em cooperativa, e todo cooperado tem o direito de entender, não só de assinar. Em caso de qualquer diferença de interpretação, vale sempre o que está escrito no Estatuto e no Regimento.

Você não precisa ler tudo de uma vez. Pode ler um capítulo, conversar com a família ou com a liderança da sua aldeia, e voltar depois. O importante é que, no fim, você saiba responder: o que é meu, o que é de todos, e como a gente decide junto.

Uma ideia para guardar do início ao fim. A COOPEIMASUL é como uma casa grande, que famílias Terena, Kadiwéu e Guaraní constroem e cuidam juntas. Cada família continua dona da sua própria história e do seu próprio jeito de viver. O que muda é que, dentro dessa casa grande, a gente decide junto as coisas que são de todos, e cada um continua dono do que sempre foi seu.

1. O que é a COOPEIMASUL

Uma cooperativa é um grupo de pessoas que decide trabalhar unido para conseguir coisas que sozinho seria mais difícil: vender a produção por um preço melhor, comprar máquina em grupo, ter uma voz mais forte diante do governo e do mercado.

A COOPEIMASUL é a cooperativa dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul. Reúne famílias Terena, Kadiwéu e Guaraní, de vários municípios, trabalhando com agricultura, pecuária, agroindústria, agroturismo, extrativismo e biotecnologia.

O que NÃO muda quando você entra	O que MUDA quando você entra
Você continua sendo quem sempre foi: da sua etnia, da sua aldeia, com sua língua e seus costumes. A cooperativa não manda na sua cultura, na sua religião, nem na relação com sua liderança tradicional.	Você passa a ter voz e voto nas decisões da cooperativa, e passa a ter responsabilidades: participar das Assembleias, contribuir com uma quota-parte (Capítulo 6) e seguir as regras que valem para todos.
Entrar é uma escolha livre. Ninguém é obrigado a entrar, e quem entra pode sair quando quiser (art. 10 e art. 14 do Estatuto).	Você passa a poder ser eleito para os órgãos da cooperativa, e a ter direito a uma parte das sobras, na proporção do que produzir e vender através dela.



Imagem ilustrativa elaborada com uso de Inteligência Artificial. Fotografias reais sem autorização expressa de todas as pessoas retratadas são proibidas pela Lei de Direitos Autorais (Lei n. 9.610/1998). A família é a base da cooperativa: a COOPEIMASUL existe para fortalecer, nunca para substituir, o que cada família já constrói na sua terra.

2. Quem pode entrar, e como se sai

Pode ser cooperado toda pessoa indígena de Mato Grosso do Sul, com 16 anos ou mais (ou emancipada), que exerça ou queira exercer atividade prevista no Estatuto, aceite as regras por escrito e integralize ao menos uma quota-parte (art. 8º do Estatuto).

Como comprovar que você é indígena

Qualquer um destes documentos serve: RANI (Registro Administrativo de Nascimento de Indígena) ou documento equivalente da FUNAI; RG ou certidão de nascimento ou casamento com indicação da etnia; ou, na falta de qualquer um desses, uma declaração da liderança da sua aldeia, comunidade ou associação indígena (art. 8º, §5º, do Estatuto, e art. 4º do Regimento).

■ DÚVIDA: Adolescente de 16 ou 17 anos pode ser cooperado?

Pode, com a assistência legal exigida para os atos que dependam dela. Mas não pode ocupar cargo no Conselho de Administração, na Diretoria Executiva ou no Conselho Fiscal antes de completar 18 anos (art. 8º, §4º, do Estatuto). Já quem tem de 14 a 18 anos e ainda não é cooperado pode participar do Programa de Jovem Cooperativista, acompanhando as reuniões do Conselho de Administração como ouvinte, sem votar (art. 5º, parágrafo único, do Regimento).

■ DÚVIDA: Pessoa não indígena pode entrar na cooperativa?

Excepcionalmente, sim, com aprovação de 2/3 dos cooperados em Assembleia, e apenas se tiver conhecimento técnico especializado (por exemplo, em biotecnologia, agroindústria ou agroturismo). O total de não indígenas nunca pode passar de 1/5 do quadro social, e essa pessoa nunca pode ser Presidente nem integrar o Conselho Fiscal (art. 8º, §2º, do Estatuto).

Como se entra

Você preenche uma ficha de proposta de admissão. O Conselho de Administração analisa e decide em até 30 dias; se recusar, precisa explicar o motivo, e você pode recorrer à Assembleia Geral (art. 9º do Estatuto).

Como se sai

Retirada voluntária	Você pede por escrito ao Conselho de Administração, a qualquer momento (art. 14).
Eliminação	Decidida pelo Conselho de Administração, com direito de defesa, quando o cooperado descumpra suas obrigações (por exemplo, desvio de recursos ou uso negligente de máquinas). Cabe recurso à Assembleia, em até 30 dias, com efeito suspensivo (art. 15).
Exclusão de pleno direito	Ocorre por morte, incapacidade civil permanente ou perda definitiva das condições de admissão (art. 16).

Em qualquer um dos três casos, o que você contribuiu (sua quota-parte) é devolvido, corrigido, deduzidas eventuais perdas, mas sem direito a participação no Fundo de Reserva, no FATES, na Reserva de Segurança nem no Fundo de Reserva para Equipamentos (art. 17). Em caso de falecimento, os sucessores legais recebem a devolução em até 90 dias, mediante certidão de óbito e prova da sucessão (art. 17, parágrafo único, e art. 7º-A do Regimento).

Número mínimo. A COOPEIMASUL precisa de pelo menos 20 (vinte) cooperados para se constituir e funcionar regularmente. Se o quadro social cair abaixo disso, a cooperativa entra em processo de dissolução (art. 8º-A e art. 54 do Estatuto).

3. A terra: o que é seu, o que é de todos

Este é o capítulo mais importante desta cartilha, porque é onde mais gente se confunde, e a confusão é compreensível: a lei trata a terra indígena de um jeito diferente de qualquer outra propriedade no Brasil.

A regra mais importante de toda esta cartilha. A COOPEIMASUL NUNCA é dona de nenhuma terra. Ela não compra terra, não recebe terra de ninguém, e não pode vender, hipotecar ou dar em garantia nenhuma terra, nem a sua, nem a de nenhum outro cooperado. Isso vale até para os selos de Indicação Geográfica, Marca Coletiva e o conhecimento tradicional registrado: nenhum título da cooperativa pode virar garantia de empréstimo (art. 6º, parágrafo único, e art. 28, §2º, do Estatuto).

TERRA INDÍGENA HOMOLOGADA	TERRENO PARTICULAR OU URBANO
Protegida pela Constituição Federal (art. 231). É de posse permanente e uso exclusivo do povo indígena: o chamado usufruto. Você mora, planta, cria seu gado, cuida, para sempre. Não pode ser vendida, alugada para fora, hipotecada ou dada em garantia. Pertence a todo o povo, para as gerações passadas e futuras.	É seu, do jeito comum de propriedade. Você pode registrar em seu nome no cartório. Pode vender, alugar ou deixar de herança normalmente. A cooperativa nunca vira dona do seu terreno: o que se compartilha é só o que a cooperativa constrói ou compra em grupo.

Solo e subsolo: uma distinção que protege você

A lei separa duas coisas diferentes. Do **solo** (argila, areia, cascalho, pedras semipreciosas de ocorrência superficial), os próprios cooperados já podem aproveitar hoje, em pequena escala, por garimpagem, fискаção e cata, seguindo um plano de manejo aprovado pelo Conselho de Administração (art. 7º, V, "b", do Estatuto, e art. 12 do Regimento). Já a **pesquisa e a lavra do subsolo** em escala maior dependem de autorização específica do Congresso Nacional, ainda não editada; enquanto isso não existir, a cooperativa não pode exercer essa atividade de forma alguma (art. 7º, V, "d", do Estatuto, e art. 13 do Regimento).

■ DÚVIDA: Posso ceder minha área ou máquina para um garimpeiro ou empresa de fora explorar o solo do território?

Não, nunca, nem como "parceria", "prestação de serviço" ou "arrendamento". Isso é proibido de forma absoluta e sujeita você ao procedimento disciplinar do art. 15, além de comunicação obrigatória à FUNAI, à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal (art. 7º, V, "b", do Estatuto, e art. 12, parágrafo único, do Regimento).

Em resumo: em ambos os casos, a COOPEIMASUL nunca é dona de terra nenhuma. O que ela organiza é o trabalho e a venda da produção, nunca a terra.

4. Como decidimos as coisas juntos: a Assembleia Geral

A COOPEIMASUL funciona por gestão democrática: cada cooperado tem direito a um voto, e só um voto, não importa quantas quotas-partes tenha, ou há quanto tempo está na cooperativa (art. 37 do Estatuto). A Assembleia Geral é o órgão soberano: suas decisões obrigam todos os cooperados, presentes ou não (art. 32).

Assembleia Geral Ordinária (AGO)	Assembleia Geral Extraordinária (AGE)
Acontece uma vez por ano, nos 4 meses seguintes ao fim do exercício (que fecha em 31 de dezembro). Aprecia o relatório de gestão e as contas, decide o destino das sobras, elege os órgãos e trata de assuntos gerais (art. 33).	Convoca-se sempre que necessário, para assuntos exclusivos e mais sérios: reforma do Estatuto, fusão ou dissolução, venda de bens acima de 10% do patrimônio, acordos sobre conhecimento tradicional, indicação geográfica, mineração e eliminação em grau de recurso (art. 34).

Quóruns de instalação

Primeira convocação: 2/3 dos cooperados. Segunda convocação, meia hora depois: metade mais um. Terceira convocação, mais meia hora depois: mínimo de 10 cooperados. Para os assuntos exclusivos da AGE (art. 34), a terceira convocação exige pelo menos 30% do quadro social, e a aprovação depende de 2/3 dos presentes (art. 36 do Estatuto).

A Assembleia pode ser digital

Você não precisa viajar até a sede para participar. A lei que rege as cooperativas (art. 43-A da Lei nº 5.764/1971) e o art. 36-A do Estatuto permitem que a Assembleia aconteça de três formas: totalmente presencial, semipresencial (parte das pessoas no local, parte de casa ou da aldeia) ou totalmente digital. A cooperativa manterá pelo menos um ponto de acesso coletivo, com internet, em local de fácil acesso na aldeia, e uma pessoa disponível para ajudar quem tiver menos costume com tecnologia (art. 3º-C do Regimento).

■ DÚVIDA: Posso votar por procuração se eu não puder comparecer?

Depende do assunto. Para eleição dos órgãos sociais, não: o voto por procuração é proibido nesse caso. Para as demais matérias, você pode outorgar procuração a outro cooperado (art. 37 do Estatuto).



Imagem ilustrativa elaborada com uso de Inteligência Artificial. Fotografias reais sem autorização expressa de todas as pessoas retratadas são proibidas pela Lei de Direitos Autorais (Lei n. 9.610/1998). Cada mão levantada vale exatamente um voto: a força da COOPEIMASUL nasce dessa igualdade.

5. Os cinco órgãos da cooperativa, em números

São cinco os órgãos que fazem a COOPEIMASUL funcionar (art. 31 do Estatuto). O quadro abaixo resume quem compõe cada um, quantos membros e suplentes, e por quanto tempo.

Órgão	Membros e suplentes	Mandato	Papel principal
Assembleia Geral	Todos os cooperados, sem exceção	Permanente	Órgão soberano: aprova contas, elege dirigentes, decide sobre sobras e assuntos exclusivos
Conselho de Administração	De 3 (três) a 7 (sete) membros efetivos e igual número de suplentes	4 anos, com 1 reeleição consecutiva permitida	Gestão estratégica: preços, plano de trabalho, admissão e eliminação de cooperados, contratos
Diretoria Executiva	4 (quatro) cargos eleitos dentre os membros do Conselho de Administração: Presidente, Vice-Presidente, Secretário(a) e Tesoureiro(a)	Coincidente com o do Conselho de Administração	Execução do dia a dia e representação legal da cooperativa
Conselho Fiscal	3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes	1 ano, com reeleição de no máximo 1/3 dos membros (Lei nº 5.764/1971, art. 56)	Fiscaliza contas e patrimônio, de forma independente da administração
Conselho Consultivo de Lideranças Tradicionais	Caciques, anciãos e detentores de saber tradicional, indicados pela própria comunidade, sem número fixo	Não deliberativo e sem ônus financeiro	Ouvido obrigatoriamente antes de decisões sobre conhecimento tradicional, mineração e locais sagrados

A regra da renovação: sempre gente nova chegando

A cada eleição, pelo menos 1 em cada 3 (um terço) dos eleitos para o Conselho de Administração precisa ser gente nova, que não estava lá nos dois mandatos anteriores. Isso existe para que o poder nunca fique concentrado nas mesmas mãos para sempre (art. 42 do Estatuto).

■ DÚVIDA: Marido e mulher, ou parentes próximos, podem ocupar cargos ao mesmo tempo?

Não. É proibido que cônjuges, companheiros ou parentes até o 2º grau ocupem, ao mesmo tempo, mais de um destes cargos: Presidente, Vice-Presidente, Secretário(a), Tesoureiro(a) ou membro do Conselho Fiscal. Se isso acontecer, o cargo de posse mais recente fica vago em 30 dias, e assume o suplente (art. 41 do Estatuto). A mesma regra vale para contratação remunerada de parentes de dirigentes como prestador de serviço.

■ DÚVIDA: Quem já foi da Diretoria pode entrar no Conselho Fiscal logo depois? E dá para ser reconduzido todo ano?

Quem já foi administrador precisa esperar 2 (dois) anos para entrar no Conselho Fiscal. Além disso, a lei que rege as cooperativas (Lei nº 5.764/1971, art. 56) limita a recondução: a cada eleição anual, no máximo 1/3 (um terço) dos membros do próprio Conselho Fiscal pode ser reconduzido, garantindo que a fiscalização sempre tenha gente nova (art. 44 do Estatuto).

Novidade: a Governança Comunitária dos Povos Indígenas

O Estatuto ganhou um capítulo inteiro só para garantir que a organização da cooperativa siga, cada vez mais, o jeito de decidir e de cuidar das próprias comunidades indígenas (Capítulo XIII-A do Estatuto e Capítulo IX-B do Regimento). Veja o que muda na prática:

- ✓ Nenhum povo indígena (Terena, Kadiwéu, Guarani ou outro) fica sem representação no Conselho Consultivo, sempre que tiver pelo menos 3 cooperados daquele povo.
- ✓ Na hora de eleger o Conselho de Administração e o Conselho Consultivo, a Assembleia vai buscar equilibrar a origem geográfica dos cooperados, para que nenhuma região fique de fora das decisões.
- ✓ A Assembleia Geral pode acontecer de forma itinerante, com o encontro físico rodando entre as aldeias e comunidades, não só em Campo Grande.
- ✓ Nenhuma atividade econômica da cooperativa, qualquer que seja, pode descaracterizar rituais, lugares sagrados, cemitérios indígenas ou conhecimentos espirituais. Antes essa proteção só existia para o turismo; agora vale para tudo.
- ✓ A cooperativa pode apoiar as escolas indígenas das comunidades: hortas escolares, educação ambiental, educação financeira e cooperativismo nas salas de aula.
- ✓ Fica criado o Programa Permanente de Formação Cooperativista Indígena, com cursos de gestão, empreendedorismo, legislação indígena, comercialização e liderança jovem, custeado pelo FATES.
- ✓ A cooperativa vai buscar equilíbrio entre homens e mulheres indígenas nos seus órgãos de administração e fiscalização.
- ✓ Fica criado o Fundo Comunitário, para apoiar água, saneamento, segurança alimentar, casas de farinha, viveiros, hortas comunitárias e recuperação ambiental das comunidades.
- ✓ A cooperativa pode desenvolver ações contra secas e incêndios: recuperação de nascentes, reflorestamento, manejo do fogo, e participar de programas de pagamento por serviços ambientais, sempre com decisão da Assembleia e oitiva do Conselho Consultivo antes.

■ DÚVIDA: O jovem cooperativista também tem voz no Conselho Consultivo?

Sim. Além de acompanhar as reuniões do Conselho de Administração como ouvinte, o jovem cooperativista (14 a 18 anos) agora pode indicar, entre os próprios jovens, um representante para falar, com direito a voz, nas reuniões do Conselho Consultivo de Lideranças Tradicionais (art. 5º, §2º, do Regimento).

■ DÚVIDA: Como peço ajuda do Fundo Comunitário para minha aldeia?

Basta um pedido por escrito ao Conselho de Administração, explicando qual das finalidades (água, saneamento, segurança alimentar, casa de farinha, viveiro, horta comunitária, equipamento agrícola ou recuperação ambiental) sua comunidade precisa. O Conselho tem até 30 dias para decidir, com registro em ata (art. 43-H do Regimento).

6. Sua contribuição: as quotas-partes

Para entrar na cooperativa, é preciso contribuir com uma quota-parte: um valor de capital que forma o patrimônio comum. Cada quota-parte vale R\$ 50,00, e todo cooperado precisa ter pelo menos 10 quotas (R\$ 500,00) no ato da admissão (art. 21-A do Estatuto e art. 6º do Regimento).

- ✓ Cada quota-parte vale R\$ 50,00.
- ✓ Mínimo de 10 quotas para entrar: R\$ 500,00 no total.
- ✓ Não precisa pagar tudo de uma vez: dá para parcelar em até 12 meses.
- ✓ Pode pagar em dinheiro, ou em bens avaliados pela Assembleia (máquina, animal, insumo), desde que sejam bens de verdade, avaliados formalmente, nunca terra.
- ✓ Nenhum cooperado pode ter mais de 1/3 (um terço) do total das quotas-partes da cooperativa, para que o poder econômico nunca se concentre numa só pessoa (art. 21).

Quando você sai da cooperativa, o que contribuiu é devolvido, corrigido monetariamente, mas sem participação nos fundos de reserva (Capítulo 2 e art. 17 do Estatuto).

7. O que a cooperativa produz e comercializa

O Estatuto autoriza a cooperativa a atuar em sete grandes frentes (art. 7º), todas em benefício dos próprios cooperados:

Agricultura

Culturas anuais, horticultura, fruticultura do Cerrado, silvicultura, plantas medicinais, sementes crioulas e produção orgânica certificada.

Pecuária

Bovinos, suínos, aves, ovinos, caprinos, abelhas nativas, peixes e pequenos animais, incluindo laticínios artesanais com habilitação sanitária.

Agroindústria e beneficiamento

Secagem e limpeza de grãos, abatedouro comunitário, processamento de frutas e mandioca, óleos vegetais nativos, cachaça artesanal e panificação.

Agroturismo e turismo de base comunitária

Hospedagem rural, gastronomia típica, vivências produtivas, rotas culturais, feiras e venda de artesanato.

Extrativismo vegetal e mineral

Coleta de produtos florestais não madeireiros e aproveitamento do solo em pequena escala (Capítulo 3 desta cartilha explica os limites).

Biotecnologia aplicada

Bioinsumos, mudas, fitoterápicos e cosméticos naturais, sempre com consentimento da comunidade quando envolver conhecimento tradicional (Capítulo 12).

Comercialização, máquinas e serviços

Venda para PAA e PNAE, comércio justo, Indicações Geográficas e Marcas Coletivas no INPI, compra coletiva de insumos e assistência técnica.

■ DÚVIDA: Preciso registrar as sementes crioulas em algum órgão do governo antes de trocar ou vender?

Entre cooperados, aldeias e famílias da agricultura familiar, não. A lei (Lei nº 10.711/2003, art. 8º, §3º, e art. 11, §6º) dispensa a COOPEIMASUL e seus cooperados do registro no RENASEM e no RNC para trocar ou vender sementes crioulas dentro desse círculo. Isso só muda se um dia a cooperativa quiser vender sementes crioulas para alguém de fora desse universo; nesse caso específico, o registro pode passar a ser necessário, e cabe ao Conselho de Administração verificar antes de fechar a venda (art. 7º, I, "f", do Estatuto, e art. 11, §1º, do Regimento).

Foco nos primeiros anos. Apesar de o objeto social ser amplo, a cooperativa prioriza, nos primeiros exercícios, o "projeto âncora": uma atividade ou cadeia produtiva central, para não dispersar gestão, licenciamento e capacitação técnica entre muitas frentes ao mesmo tempo (art. 3º-B do Regimento e art. 7º, §4º, do Estatuto).

Novidade: parcerias com investidores externos (o modelo SICAI)

Desde a última atualização do Estatuto, a COOPEIMASUL pode firmar parcerias com investidores de fora para tocar pecuária ou lavoura em maior escala, usando o Sistema Integrado de Cooperação Agropecuária Indígena (SICAI). É uma ferramenta nova, pensada para multiplicar a renda dos cooperados sem abrir mão de nenhuma proteção.

- ✓ A terra, o usufruto e a posse indígena **nunca** entram nessa parceria, em nenhuma hipótese: só entra o ciclo produtivo (a safra, o lote de gado).
- ✓ O lado indígena (cooperados da gleba mais o fundo comunitário) recebe, no mínimo, 50% do resultado líquido de cada ciclo, sempre.
- ✓ Quem administra o contrato é a própria COOPEIMASUL, nunca o investidor diretamente com o cooperado.
- ✓ Se o investidor não cumprir o combinado, a cooperativa tem o direito de assumir a operação na hora (chamado de "step-in").
- ✓ O rebanho ou a lavoura ficam monitorados por rastreamento eletrônico, vistoria independente e seguro contra roubo, para proteger os dois lados.
- ✓ Nenhuma parceria dessas vale sem passar antes pela Assembleia Geral (art. 46-A do Estatuto e Capítulo IX-A do Regimento).

■ DÚVIDA: Se eu não tenho gado ou lavoura própria, essa parceria me afeta?

Sim, porque o fundo comunitário (parte do resultado que vai para toda a comunidade, não só para quem trabalhou naquele ciclo) também recebe uma fatia obrigatória dessas parcerias. E qualquer parceria desse tipo só é aprovada em Assembleia Geral, onde todo cooperado tem voz e voto igual, tenha ou não terra na gleba envolvida.



Imagem ilustrativa elaborada com uso de Inteligência Artificial. Fotografias reais sem autorização expressa de todas as pessoas retratadas são proibidas pela Lei de Direitos Autorais (Lei n. 9.610/1998). A pecuária é uma das frentes centrais da COOPEIMASUL, sempre organizada em benefício coletivo dos cooperados.

8. Fidelidade cooperativa: preferência, não obrigação

O cooperado dá preferência à cooperativa para vender sua produção e comprar insumos, quando ela oferece condições de preço, prazo e qualidade comparáveis ao mercado local. Isso se chama fidelidade cooperativa (art. 18 do Estatuto).

■ DÚVIDA: Posso vender minha produção fora da cooperativa, em feiras ou mercados locais?

Pode, sim. A fidelidade cooperativa não é uma exclusividade absoluta. Você pode vender diretamente em feiras, mercados locais, eventos culturais e comércio justo, comunicando ao Conselho de Administração. Só entra em processo disciplinar quem faz venda extracooperativa sistemática que comprovadamente prejudica a viabilidade do grupo, e ainda assim depois de diálogo e tentativa de acordo (art. 18, §1º).

O que é "seu" e nunca precisa ser dividido

Tudo o que você planta, cria ou produz para o consumo da sua própria família (a roça de subsistência, os animais para o próprio sustento) é inteiramente seu, sempre. Isso nunca entra em nenhuma conta da cooperativa, e ninguém precisa prestar contas disso a ninguém.

9. O que sobra no fim do ano

Quando a cooperativa vende a produção de todos e paga as despesas, pode sobrar dinheiro no fim do ano. Isso se chama sobra, e o Estatuto já decidiu, desde o início, para onde esse dinheiro vai (art. 52).

10%	Fundo de Reserva	Poupança obrigatória, para cobrir perdas ou reforçar o patrimônio comum.
5%	FATES	Assistência técnica, educacional e social aos cooperados e à comunidade.
10%	Reserva de Segurança	Emergências: quebra de safra, morte de animais, calamidade climática. Depois de atingida a meta, essa parcela passa a alimentar o Fundo de Reserva para Equipamentos.
75%	Você, cooperado	Dividido entre os cooperados, conforme o quanto cada um produziu e vendeu através da cooperativa naquele ano, nunca de acordo com as quotas-partes.

Um exemplo, para ficar bem claro

Imagine que, num certo ano, todos os cooperados que trabalham com pecuária venderam, juntos, através da cooperativa, o total de R\$ 100.000,00. Você vendeu R\$ 5.000,00 desse total. Então: R\$ 5.000,00 dividido por R\$ 100.000,00 é igual a 5%. Isso quer dizer que você tem direito a 5% das sobras da atividade de pecuária naquele ano, não 5% de tudo que a cooperativa vendeu (agricultura e turismo são contados à parte). O cálculo nunca olha para quantas quotas-partes você tem: olha só para o quanto você efetivamente produziu e vendeu através da cooperativa.

O fechamento das contas por cooperado é feito, no mínimo, a cada três meses, com um demonstrativo simples de quanto você entregou, vendeu e tem a receber. A divisão final e definitiva acontece na Assembleia Geral Ordinária (art. 18 do Regimento).

Esta regra pode mudar em até 6 meses. A regra acima já vale desde já, para dar segurança jurídica. Mas o Estatuto garante que, em até 6 meses após o registro da cooperativa, os cooperados se reúnem numa Assembleia própria para decidir: manter essa regra ou mudar para outro jeito de dividir as sobras (art. 59-A do Estatuto).

10. O parque de máquinas: como usar em conjunto

Todo bem coletivo (tratores, implementos, veículos, equipamentos de beneficiamento) é cadastrado com identificação, data de aquisição e cooperado responsável pela zeladoria imediata (art. 19 do Regimento).

Ordem de prioridade de uso

1) operações com prazo agrícola inflexível (plantio e colheita em curso, produtos perecíveis); 2) ordem de inscrição do pedido; 3) em caso de empate, sorteio conduzido pelo Conselho de Administração (art. 20 do Regimento).

■ DÚVIDA: Quem paga o combustível e a manutenção da máquina que eu uso?

O custeio é rateado por hora-máquina ou por quilômetro rodado, cobrindo combustível, manutenção e depreciação, numa tabela aprovada pelo Conselho de Administração (art. 21 do Regimento). O uso regular e o desgaste natural são despesa coletiva; mas se você usar a máquina de forma negligente ou em desacordo com as instruções, o dano é apurado pelo Conselho Fiscal, com direito de defesa, e pode gerar ressarcimento (art. 22).

11. Segurança no trabalho

As atividades agrícolas e o uso de máquinas seguem a Norma Regulamentadora nº 31 do Ministério do Trabalho (segurança e saúde na agricultura, pecuária e silvicultura), com treinamento de operadores e fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI). As atividades de mineração de pequena escala seguem a NR-22 (art. 24 e 25 do Regimento).

Você tem o direito de recusar trabalho perigoso. Todo cooperado pode recusar-se a executar atividade que, a seu ver, represente risco grave e iminente à sua segurança ou saúde, avisando de imediato o Conselho de Administração, que vai verificar a situação e adotar as medidas cabíveis (art. 28 do Regimento).

12. Conhecimento tradicional: o protocolo de consentimento

O conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, às sementes crioulas, às técnicas de manejo e às expressões culturais do povo é patrimônio coletivo e inalienável da comunidade. Não pertence à cooperativa nem a nenhum cooperado individualmente: a cooperativa age apenas como guardiã (art. 28 do Estatuto).

O passo a passo obrigatório, sempre que alguém de fora quiser acessar esse conhecimento

1. Proposta por escrito, em linguagem acessível, apresentada ao Conselho de Administração.
2. Encaminhamento ao Conselho Consultivo de Lideranças Tradicionais, para oitiva prévia obrigatória.
3. Deliberação da Assembleia Geral, com tradução para a língua do povo sempre que possível.
4. Formalização de Acordo Setorial de Repartição de Benefícios com a comunidade.
5. Registro no SisGen do Ministério do Meio Ambiente (art. 34 do Regimento).

Sem uma etapa, tudo é nulo. A ausência de qualquer uma das cinco etapas torna nula, para todos os efeitos, a autorização de acesso (art. 34, parágrafo único, do Regimento). Ninguém, nem a própria Diretoria, pode pular esse caminho.

13. Se algo der errado: regras disciplinares

Antes de qualquer punição, sempre que possível, o conflito pode ser levado à mediação comunitária com a liderança tradicional (art. 48 do Estatuto, art. 38 do Regimento). Quando a mediação não resolve, o Conselho de Administração pode aplicar, na seguinte ordem de gravidade:

Advertência verbal	Registrada em ata, para faltas leves.
Advertência por escrito	Para reincidência ou faltas de gravidade média.
Suspensão temporária	Do acesso aos bens coletivos, por até 60 dias.
Eliminação	Para os casos mais graves (desvio de recursos, uso negligente reiterado de máquinas), sempre com notificação por escrito, prazo de 15 dias para defesa, instrução com testemunhas se necessário, e direito de recurso à Assembleia Geral (art. 36 e 37 do Regimento).

14. Seus direitos e seus deveres

Direitos	Deveres
Votar e ser votado, um voto sempre, não importa quanto você contribuiu.	Pagar sua quota-parte, do jeito combinado.
Usar os serviços e as máquinas da cooperativa, seguindo o Regimento.	Seguir o Estatuto, o Regimento e as decisões da Assembleia.
Receber sua parte das sobras, conforme sua produção.	Participar das Assembleias sempre que possível.
Pedir explicações e prestação de contas da Diretoria.	Dar preferência à cooperativa, quando ela oferecer condições comparáveis ao mercado.
Ter seu conhecimento tradicional respeitado, com seu consentimento sempre exigido.	Cuidar bem das máquinas e bens coletivos que usar.
Sair da cooperativa quando quiser, recebendo de volta sua contribuição.	Manter seus dados cadastrais atualizados.

15. Documentos para o seu cadastro

Para o seu cadastro ficar completo, a cooperativa pede alguns documentos. Isso não é burocracia à toa: é o que garante que seus direitos, como receber sua parte das sobras, fiquem seguros e registrados corretamente.

- ✓ RG e CPF
- ✓ Comprovante de residência (até 90 dias)
- ✓ Foto de rosto recente
- ✓ Termo de Adesão assinado
- ✓ Comprovante de atividade produtiva (CAF, ou declaração da liderança)
- ✓ Dados bancários ou chave Pix, para receber eventuais pagamentos
- ✓ Documento de comprovação da condição indígena (RANI, RG com indicação de etnia, ou declaração da liderança, conforme o Capítulo 2 desta cartilha)

Se você recebeu um link pessoal da cooperativa (pelo WhatsApp ou e-mail), pode enviar seus documentos e sua foto diretamente por ali, ou entregar em mãos para a Diretoria.

16. Glossário rápido

Ato cooperativo	A operação que você realiza com a própria cooperativa (entregar produção, comprar insumo, usar máquina). Não é compra e venda comum.
Assembleia Geral	A reunião de todos os cooperados. Um cooperado, um voto, sempre.
Conselho de Administração	De 3 a 7 cooperados eleitos para administrar a cooperativa no dia a dia.
Conselho Fiscal	3 cooperados e 3 suplentes, eleitos para fiscalizar as contas, de forma independente da administração.
Conselho Consultivo de Lideranças	Caciques e anciãos ouvidos obrigatoriamente antes de decisões sobre conhecimento tradicional, mineração ou locais sagrados.
Quota-parte	O valor de R\$ 50,00 que cada cooperado contribui para fazer parte da cooperativa.
Sobras	O que sobra no caixa depois de pagar as despesas do ano; devolvido aos cooperados conforme o que cada um produziu.
FATES	Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social; 5% das sobras.
Fundo de Reserva	Poupança obrigatória; 10% das sobras, para cobrir perdas.
Reserva de Segurança	Segunda poupança, 10% das sobras, só para emergências.
Usufruto	Direito de usar e cuidar da terra indígena para sempre, sem poder vendê-la.
CLPI	Consentimento livre, prévio e informado, exigido antes de qualquer acesso a conhecimento tradicional.
CAF	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar.
RANI	Registro Administrativo de Nascimento de Indígena, emitido pela FUNAI.

Para terminar

Esta cartilha é um convite: para ler, perguntar, discutir em família e na aldeia, e voltar sempre que precisar. Nenhuma pergunta é boba, e nenhuma dúvida deve ficar guardada.

Ficou com dúvida? Fale com a Diretoria da COOPEIMASUL, com a liderança da sua aldeia ou comunidade, ou acesse o site: www.coopeimasul.com.br

CUIDAR DA TERRA É CELEBRAR A VIDA!

COOPEIMASUL · Gestão Lisio Lili

Elaboração: Instituto Cacique Enir Terena (ICET) e VERTTI Consultoria



Imagens fotográficas ilustrativas elaboradas com uso de Inteligência Artificial. Fotografias reais sem autorização expressa de todas as pessoas retratadas são proibidas pela Lei de Direitos Autorais (Lei n. 9.610/1998). Conceito das imagens: COOPEIMASUL, a Cooperativa dos Indígenas do MS.